



TENDÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DO BRASIL TRENDS FOR FAMILY FARMING IN SOUTHERN BRAZIL

Autor Iran Carlos Lovis Trentin

Filiação: FCE Pós Doutorado em Demografia- Universidad Nacional de Córdoba

E-mail : iran-trentin@uergs.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): 4. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade

Resumo

A agricultura familiar é importante para a economia brasileira contribuindo com mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, gerando renda e qualidade de vida. O êxodo rural continua, principalmente de jovens e mulheres agricultoras familiares. Este estudo analisa através de uma pesquisa nos estados do sul do Brasil, quais as principais transformações econômicas, culturais e socioambientais dos últimos anos e quem e como serão os agricultores nas próximas décadas. Foram analisados o perfil e a condição socioeconômica, cultural e ambiental de 320 famílias rurais, e em dados secundários da agropecuária dos Estados do Sul. Os resultados revelaram que os fatores relacionados à pouca renda e às políticas públicas insuficientes dificultam a manutenção dos jovens e mulheres na agricultura, além disso a possibilidade de estudar o que é muito positivo abre outras oportunidades e o tamanho das propriedades ainda é muito limitante nas atividades da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agrotóxico, Agroecologia, Qualidade de vida, Pobreza, Sustentabilidade.

Abstract

Family farming is important for the Brazilian economy, contributing with more than a third of the Gross Domestic Product (GDP) in agriculture, generating income and quality of life. The rural exodus continues, mainly of young people and women family farmers. This study analyzes, through research in the southern states of Brazil, the main economic, cultural and socio-environmental transformations in recent years and who and how farmers will be in the coming decades. The profile and socioeconomic, cultural and environmental conditions of 320 rural families were analyzed, as well as secondary data on agriculture in the Southern States. The results revealed that factors related to low income and insufficient public policies make it difficult for young people and women to remain in agriculture, in addition, the possibility of studying what is very positive opens up other opportunities and the size of properties is still very limiting in activities of family farming.

Key words: Pesticides, Agroecology, Quality of life, Poverty, Sustainability.

1. Introdução

Os processos industriais e as grandes migrações dos últimos cinco séculos alteraram profundamente vários territórios e regiões do globo. Regiões até então despovoadas foram intensamente povoadas e regiões com alta biodiversidade natural sofreram quedas significativas de espécies animais e vegetais, além da introdução de outras espécies exóticas nos mais diferentes ambientes naturais, o que modificou muito a natureza (TRENTIN, 2021).

No caso brasileiro, a agropecuária sempre contribuiu para a economia com divisas através da exportação de commodities, gerando empregos, diretos e indiretos, e produzindo muitos alimentos, em 2021 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a participação da agropecuária foi de 27,4% no PIB brasileiro. Nestas últimas décadas se intensificou, através de políticas públicas, a produção para os complexos agroindustriais tanto nacionais, como para a exportação in natura de produtos para as agroindústrias de outros continentes. Essa exportação de produtos não processados, além de manter nossa dependência, gera poucos recursos para a nação além de muita contaminação.

A região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), segundo o IBGE, 2021, contribui com 23% do PIB agropecuário nacional e é conhecida também, como um dos *grandes maciços* da agricultura familiar brasileira. Presente principalmente, nos Vales do rio



Uruguai, Centro e Serra Gaúcha, Oeste e Vales Catarinense, Vales, Campos Gerais e Sudoeste Paranaense, dentre outras.

Com as transformações provocadas pela *modernização da agropecuária* novas formas de produzir e consumir foram sendo implantadas e as relações sociais, econômicas, ambientais, políticas, culturais, etc. ficaram mais complexas.

Esses sistemas agroalimentares, acentuam as desigualdades sociais e privações humanas, como a fome e a subnutrição intensificadas pelas constantes pandemias, por outro lado provoca também uma epidemia de sobrepeso e obesidade, principalmente nos países ricos e ou com dietas alimentares desequilibradas como é o caso do Brasil. Deste modo, é importante uma reação da sociedade para repensar formas de alimentação saudável para todos, principalmente como conceito de saúde pública e baseado na produção agroecológica.

Os efeitos das mudanças climáticas provocadas pelo uso intensivo de combustíveis fósseis, contaminações, grandes queimadas, de grilagem, aplicação desordenada de agroquímicos que destroem a biodiversidade e esterilizam grandes ecossistemas, etc. são visíveis em todo o globo. Esse sistema depredador também fomenta os conflitos no campo e as mortes de camponeses que buscam produzir em harmonia com a natureza e não se submetem ao capital exploratório. Combater as causas das mudanças climáticas é fundamental para que possamos pensar num planeta habitável e justo para as próximas gerações.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alguns pesquisadores, (GLISSMAN S, 2000; ALTIERI M, 2001; NICHOLLS C, 2000; SEVILLA GUZMAN E, 2001), começaram a formatar o que hoje conhecemos por Agroecologia, essa ciência que também chamamos de modelo de produção agrícola sustentável. Nesta época muitas alterações negativas, em especial provocadas pela revolução verde, começaram a ser percebidas nos ecossistemas tanto de países ricos como pobres. E um modelo de produção agropecuário sustentável no tempo e no espaço passava a ser necessário.

A agroecologia interage nas relações de vizinhança, na organização do sistema produtivo, nos modos de vida, na sucessão familiar, enfim é uma ciência completa e sistêmica (TRENTIN, 2021).

O redesenho dos agroecossistemas e a adoção da agroecologia são as condições vitais para que as comunidades tanto do meio rural como das áreas urbanas possam viver com dignidade e qualidade de vida. Só com um novo modelo de vida baseado na agroecologia é que o desenvolvimento local pode ser integral e ajudar comunidades que estão mais longe.

Neste sentido, na agricultura além de reduzir os processos contaminantes do agronegócio é primordial apoiar sistemas sustentáveis com a agroecologia para garantir a soberania e segurança alimentar e o equilíbrio nos agroecossistemas. Fomentar políticas públicas e programas de apoio a agroecologia nas regiões de agricultura familiar é um passo importante na defesa da vida.

Este artigo tem a intenção de apresentar um panorama sobre a agricultura familiar nestes últimos anos no sul do Brasil. Na primeira parte apresentamos algumas informações sobre a colonização, e os principais problemas enfrentados a partir da modernização forçada da agropecuária. Para desenvolver este artigo, dividimos em duas partes. Na primeira parte, discutimos as principais alterações socioeconômicas enfrentadas pelos agricultores nestas últimas 4 décadas e, na segunda, apresentamos os principais resultados de pesquisa realizada com 320 famílias de agricultores no Sul do Brasil. Além disso nas discussões e resultados apresentamos algumas ideias sobre a importância da agroecologia para a segurança e soberania alimentar brasileira e quais sistemas agrícolas continuarão na agropecuária nas próximas décadas.

2. Metodologia

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos além de dados quantitativos derivados de outras investigações para caracterizar a situação socioeconômica e a agricultura familiar do Sul do Brasil, de entrevistas com 320 agricultores familiares de 100 comunidades em 60 municípios.

As entrevistas foram realizadas diretamente nas comunidades nos municípios do Sul do Brasil por acadêmicos de Agronomia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Também realizamos entrevistas com lideranças e técnicos de cooperativas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER), sindicatos, entre outros, especialmente nas Regiões Ceileiro, Médio Alto Uruguai, Alto da Serra do Botucaraí e Vale do rio Uruguai, no ano de 2021.

Com essas entrevistas se atingiu uma gama variada de comunidades de agricultura familiar e atores sociais ligados ao desenvolvimento agrário, propiciando a coleta de dados e informações heterogêneas e diversificadas dos entrevistados. Assim, buscamos entender, a lógica de reprodução dos agricultores, os principais produtos a cada safra, os processos migratórios, a comercialização, as deficiências das políticas públicas, o acesso à tecnologia, à educação, ao crédito e à seguridade social, a possibilidade de sucessão dentro da própria família, a concepção da importância da agroecologia e da segurança alimentar, além de tantas outras questões fundamentais para esse estudo.

3. Resultados

A agricultura familiar da região sul sempre foi baseada na produção de policultivos, ou seja grande variedades de espécies animais e vegetais que eram produzidas nas diferentes estações do ano. Com a “modernização” da agricultura esse número de espécies foi sendo reduzido drasticamente. Hoje grande parte dos agricultores familiares do sul produzem quatro ou cinco espécies no ano com destaque, conforme a pesquisa realizada para: soja, milho, trigo, leite, suínos ou aves. Essa redução no número de espécies e adoção na maioria dos casos de variedades transgênicas tem provocado mudanças significativas na agrobiodiversidade e nas paisagens do sul do Brasil (TRENTIN, 2019).

A região sul junto com o nordeste brasileiro concentra o maior número de famílias de agricultores. Mas esses números estão diminuindo a cada ano. Os últimos censos nacionais realizados confirmaram que o Brasil está ficando cada vez mais urbano.

No sul, a proporção de famílias vivendo em áreas rurais é de aproximadamente 15%. E a maioria dessas famílias estão concentradas nas regiões de agricultura familiar, pois nas regiões de grandes propriedades ou de agricultura patronal o número de moradores rurais despenca ainda mais. E também apresenta nos últimos anos taxas de crescimento populacional relativo muito baixas sendo as menores do Brasil.

Muitos territórios que concentram municípios com agricultura familiar a partir das últimas 2 décadas começaram apresentar crescimento negativo e um relativo envelhecimento da população, o que confirma a tese de que os jovens migram mais em busca de estudo superior, o que é muito positivo ou de trabalho nos centros regionais ou regiões industrializadas.

Como exemplo, neste mesmo período 51% dos municípios gaúchos apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Estes estão localizados, principalmente, nas regiões da fronteira oeste e norte do Estado. Nos territórios Ceileiro, Médio Alto Uruguai, Missões, Fronteira Noroeste e Norte, por exemplo, verifica-se que mais de 80% dos municípios destas regiões apresentaram taxas negativas de crescimento. Observa-se que quando os centros regionais são economicamente mais dinâmicos, como em Chapecó, Itajaí, Pato Branco,



Erechim, Santa Rosa e Frederico Westphalen, as taxas são positivas em contraposição aos municípios menores. Já os municípios localizados nas Regiões Metropolitanas, Vales e Litoral apresentaram as maiores taxas de crescimento, neste mesmo período (IBGE, 2022)

Nas entrevistas realizadas no sul do Brasil podemos observar que, nas áreas de agricultura familiar predominante há um aumento constante na aplicação de agrotóxicos. Como os agricultores possuem máquinas grandes e caras e pouca área agrícola, eles intensificam os cultivos a cada estação do ano ou período agrícola, na tentativa de estar sempre produzindo algo e buscando a reprodução socioeconômica.

Mas com essa intensificação do número de cultivos, quase todos com sementes transgênicas e com alta utilização de fertilizantes externos, e aplicações de agrotóxicos, quer sejam de herbicidas, fungicidas e inseticidas que aumentaram muito nos últimos anos a situação ambiental piorou. Os ambientes estão contaminados e a saúde dos agricultores e suas famílias comprometidas. Esse é um dos motivos que muitas famílias e em especial os jovens não querem mais continuar nas atividades agropecuárias conforme relataram nas entrevistas.

No sul do Brasil, considerando a situação dos agricultores, na maioria das unidades o agricultor era o proprietário, mas há também muitos sem titulação definitiva da terra, além dos arrendatários, parceiros, ocupantes e de lugares com familiares rurais só residindo, sem área agrícola.

Essa diversidade de formas de ocupação na agricultura familiar faz com que muitos não consigam acessar as políticas públicas, pois não possuem nenhum documento que comprove a residência e a atividade rural. Nas pesquisas realizadas com técnicos e lideranças rurais era constante essa afirmação que muitos ainda estavam “fora dos programas” e necessitava uma busca ativa, a localização deste público, que são sempre os mais necessitados e empobrecidos.

O abandono dos cultivos alimentares se observou em todos os extratos analisados, mas principalmente nas propriedades com áreas maiores. Já nas pequenas propriedades se deve destacar o trabalho das mulheres que é fundamental para a manutenção dos cultivos tradicionais e da segurança e soberania alimentar.

As políticas públicas de agroecologia devem ser elaboradas e pensadas visando o desenvolvimento de forma integral e devem considerar que a soberania alimentar e a recuperação dos ambientes, são vitais para que qualquer sociedade que se projeta para o futuro possa usufruir de forma igualitária dos dividendos das atividades do meio rural

4. Bibliografias

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão)
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário de 2017. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em jan. 2022.
- SCHNEIDER, S. et Al. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010
- TRENTIN, I. C. L.; NICHOLLS, C.; FONTE, M. Agroecologia e as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul-Brasil. In: **Anais do V Congresso Latinoamericano de Agroecología-SOCLA** (La Plata, 2015). 2015.
- TRENTIN, I. C. L. Cambiamenti climatici e agroecologia nello sviluppo del Rio Grande do Sul-Brasile. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 12, p. 39-62, 2021.